

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2022.

À
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede
Rod. Papa João Paulo II, 4001
Prédio Gerais, 8º andar - Serra Verde
Belo Horizonte/MG
CEP 31630-901

Em atenção
Ao Senhor
Pedro Oliveira de Sena Batista
Diretor de Energia

Ref.: Contribuições à Consulta Pública “Determinação da Receita Requerida para o Processo de Revisão Tarifária da Gasmig”.

Exmo. Senhor Secretário,

A ABEGÁS – Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado, entidade que reúne as empresas concessionárias de distribuição de gás canalizado no Brasil, vem acompanhando o processo de revisão tarifária da Gasmig, instaurado pela Sede com a finalidade de determinar a Receita Requerida para o próximo ciclo tarifário da concessionária.

Considerando a metodologia que estabelece as tarifas a partir da definição da Base de Remuneração Regulatória (BRR), Custo Médio Ponderado de Capital e Plano de Negócios Regulatório com os investimentos, custos de operação e manutenção e volumes para o período 2022-2026, manifestamos nossa preocupação.

Universalização do serviço de distribuição

Ocorre que o primeiro ciclo tarifário da Gasmig (2018-2022), foi homologado em setembro de 2019 e finalizado de forma antecipada em dezembro de 2021. Poucos meses depois de aprovadas as tarifas e as metas regulatórias da concessionária o mundo sofreu uma das maiores crises sanitárias da sua história, que perdura até os dias de hoje.

A Sede propõe uma penalização pela não realização dos investimentos previstos para o primeiro ciclo tarifário, homologado em setembro de 2019. É preciso lembrar que, a partir de março de 2020, a crise sanitária exigiu da sociedade restrições de mobilidade e de atividades como forma de frear o número de casos. Seguramente a atividade de expansão foi prejudicada por esse cenário restritivo e que impactou a economia como um todo.

As distribuidoras de gás natural têm papel essencial no desenvolvimento da infraestrutura e na universalização do uso do gás natural, sendo que o plano de investimentos proposto pela Gasmig para este 2º ciclo tarifário busca o cumprimento desta função, ampliando sua base de clientes, diversificando o consumo e atendendo a função do Estado de buscar o crescimento econômico e oferecer esta energia a mais usuários.

Conforme observado em outras distribuidoras, a diversificação da demanda e captação de novos clientes, reduziu o risco pela variação de consumo do mercado já estabelecido, diminuindo o impacto da redução de demanda nas revisões tarifárias. É importante também destacar que, certamente, os consumidores serão beneficiados nos próximos ciclos tarifários com o aumento do volume e diversificação do consumo.

Nesse sentido, sugerimos que as glosas realizadas pela Sede no item 7.1.4 da Nota Técnica SEDE/DIEN nº 07/2022 sejam retiradas, visto que podem desacelerar o processo de universalização do gás natural bem como o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Diferenciação de custos mercado livre e cativo

A proporção de custos de comercialização definida pela Sede, baseada nas concessionárias do Estado de São Paulo, tem como resultado final – definido na tabela 93 da página 90 – uma tarifa muito mais vantajosa para os clientes livres em relação aos clientes cativos, fazendo com que a margem de distribuição seja um fator determinante a favor do consumidor livre, o que, pela metodologia adotada, onera ainda mais o consumidor cativo, pois quanto mais consumidores livres, menor será a base da tarifa de comercialização.

O conceito de competitividade do consumidor livre reside na possível vantagem de conseguir adquirir uma molécula mais barata em relação ao mercado cativo, por esse motivo não consideramos adequada a diferenciação de custos entre mercado livre e mercado cativo.

Quando a Sede considera que apenas as termelétricas migrarão seu volume total para o mercado livre, enquanto os demais segmentos migrarão metade do seu volume, mantendo o restante no mercado cativo, tal medida reduzirá a competitividade dos consumidores remanescentes, trazendo distorções para o Estado.

Custos operacionais com MSO

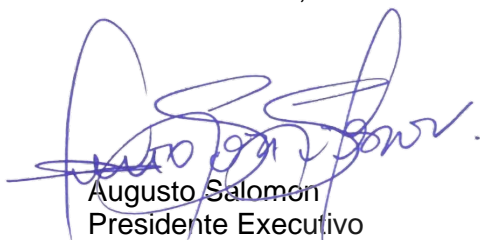
Outro tópico objeto de nossa consideração, é o MSO definido na página 74, cujos custos unitários são definidos por volume e a Sede não considera a média da Gasmig, que já é inferior a 50% da média regulatória.

A Sede considera o ano de 2015, período em que a distribuidora não tinha 5 mil clientes ligados e o despacho termelétrico foi muito acima da média, gerando um resultado que é inferior a 30% da média regulatória.

Considerando que as projeções da Gasmig estão abaixo da média regulatória e o constante crescimento da base de clientes da distribuidora, sugerimos que a projeção da Gasmig seja acatada.

Sem mais para o momento, expressamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



Augusto Salomon
Presidente Executivo